

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS.

CANCELAMENTO DO PLANO DE SAÚDE COLETIVO.
POSSIBILIDADE.

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. APLICABILIDADE DA
DISPOSIÇÃO CONTIDA NO ART. 17 DA RESOLUÇÃO
NORMATIVA Nº 195/2009. SENTENÇA REFORMADA.

À UNANIMIDADE. DERAM PROVIMENTO AO APELO.

APELAÇÃO CÍVEL - SEXTA CÂMARA CÍVEL

Nº 70061288270 (Nº CNJ: 0321390-55.2014.8.21.7000)

COMARCA DE PORTO ALEGRE

UNIMED PORTO ALEGRE - SOC COOP TRABALHO
MEDICO LTDA - APELANTE

EUCLIDES ROCHA CAMARGO - APELADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, dar provimento ao apelo.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário (Presidente), os eminentes Senhores DES. NEY WIEDEMANN NETO E DES.^a ELISA CARPIM CORRÊA.

Porto Alegre, 03 de março de 2016.

DES. LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA,

Relator.

RELATÓRIO

DES. LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA (RELATOR)

Adoto o relatório da sentença, que passo a transcrever:

I – EUCLIDES ROCHA CAMARGO, devidamente qualificado, ajuizou ação de obrigação de fazer, com pedido de antecipação de tutela, em face de UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA, também qualificada. Narrou ter contratado os serviços médico hospitalares fornecidos pela requerida, possuindo três beneficiários do plano empresarial. Aduziu ter recebido uma correspondência da empresa ré informando a rescisão unilateral do contrato, sem maiores explicações. Asseverando ser ilegal a conduta da demandada, requereu, liminarmente fosse a requerida compelida a manter o contrato originalmente firmado. Ao final, postulou a confirmação do provimento liminar. Juntou documentos (fls. 10/59).

Recebida a inicial (fl. 60), foi deferida a antecipação de tutela.

Citada (fl. 67), a ré contestou a ação (fls. 68/80), asseverando a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, não havendo qualquer ilegalidade praticada. Discorreu sobre a natureza da avença e sobre o rompimento do equilíbrio contratual, pugnando pelo julgamento de improcedência da lide. Acostou documentos (fls. 81/111).

Sobreveio réplica às fls. 113/117.

Intimadas acerca do interesse na dilação probatória (fl. 118), a requerida acostou documentos (fls. 124/131), postulando o autor o julgamento da demanda.

Vieram os autos conclusos.

É O RELATO.

Sobreveio sentença que assim pôs termo ao processo:

III – Ante o exposto, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados por EUCLIDES ROCHA CAMARGO na ação movida em face de UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA, confirmando a antecipação de tutela deferida, para que a requerida mantenha ativo o plano de saúde contratado pela empresa autora.

Sucumbente, condeno a ré ao pagamento da totalidade das custas processuais, e de honorários advocatícios ao patrono da demandante, os quais arbitro em R\$ 800,00, observados a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o local de sua prestação, com fulcro no art. 20, §§ 3º e 4º do CPC.

Irresignada apela a parte ré.

No apelo das fls. 139/178, elabora relato dos fatos e discorre acerca da natureza dos Contratos Coletivos. Sustenta que, em se tratando de contrato coletivo por adesão, é legítima a rescisão contratual unilateral pela ré. Ressaltou a aplicabilidade da disposição contida no art. 17 da Resolução Normativa nº 195/2009. Requereu a improcedência da demanda. Juntou documentos.

A demandante ofereceu contrarrazões ao recurso às fls. 152/156-167.

Vieram conclusos os autos.

Foi observado o disposto nos artigos 549, 551 e 552 do CPC, considerando a adoção do sistema informatizado.

É o relatório.

VOTOS

DES. LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA (RELATOR)

E. Desembargadores.

Trata-se de rescisão contratual de Plano de Saúde Coletivos, onde a rescisão unilateral imotivada é plenamente possível, desde que haja previsão contratual, tenha transcorrido o prazo de 12 meses e havido a devida notificação do contratante, nos termos do disposto no art. 17 da Resolução Normativa 195 da ANS, in verbis:

Art. 17 As condições de rescisão do contrato ou de suspensão de cobertura, nos planos privados de assistência à saúde coletivos por adesão ou empresarial, devem também constar do contrato celebrado entre as partes.

Parágrafo único. Os contratos de planos privados de assistência à saúde coletivos por adesão ou empresarial somente poderão ser rescindidos imotivadamente após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação da outra parte com antecedência mínima de sessenta dias.

Dessa forma, vigendo o contrato coletivo por prazo indeterminado, entendo que pode ser rescindido o contrato entabulado entre as partes, uma vez que conta com mais de um ano de vigência, bem com houve prévia notificação por parte da apelante com antecedência mínima de sessenta dias.

Frise-se que em se tratando de contrato de plano de saúde de natureza coletiva não é aplicável o art. 13, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 9.656/98, pois se refere apenas aos contratos individuais, conforme se depreende da leitura do dispositivo legal citado que abaixo transcrevo:

Art. 13. Os contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei têm renovação automática a partir do vencimento do prazo inicial de vigência, não cabendo a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato da renovação. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I - a recontagem de carências; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

II - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

III - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, em qualquer hipótese, durante a ocorrência de internação do titular. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001) (grifei).

Neste sentido, cito os seguintes precedentes:

CIVIL. ECONÔMICO. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. POSSIBILIDADE DE RESILIÇÃO UNILATERAL. ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, II, "B", DA LEI N. 9.656/98. ENUNCIADO N. 83/STJ. NEGATIVA DE

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA.
AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgRg no Ag 1157856/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/06/2011, DJe 27/06/2011)

SEGURO SAÚDE. PLANO DE SAÚDE COLETIVO
ESTIPULADO ENTRE A SEGURADORA E PESSOA
JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, EMPREGADORA DA
RECORRIDA. RESILIÇÃO DO CONTRATO.

POSSIBILIDADE. INVIABILIDADE DA MANUTENÇÃO DO
CONTRATO, NAS MESMAS CONDIÇÕES, COM RELAÇÃO
À BENEFICIÁRIA, CONSIDERADA INDIVIDUALMENTE.

1. A Lei 9.656/98 não impede a resilição dos chamados contratos coletivos de assistência médica, celebrados entre as operadoras de planos de saúde e as empresas. Na hipótese dos autos, essa afirmação é ainda mais significativa, porque o contrato coletivo do qual a recorrida era beneficiária foi firmado entre as recorrentes e o TRE/PE – pessoa jurídica de direito público interno e, portanto, submetida às normas que regem o direito administrativo.

2. Mesmo que em algumas situações o princípio da autonomia da vontade ceda lugar às disposições cogentes do CDC, não há como obrigar as operadoras de planos de saúde a manter válidas, para um único segurado, as condições e cláusulas previstas em contrato coletivo de assistência à saúde já extinto.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e provido.

(REsp 1119370/PE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI,
TERCEIRA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 17/12/2010)

Por estas razões, a reformada sentença é medida que se impõe.

Redistribua-se os ônus com as custas processuais e com honorários ao patrono da ré.

É o voto.

DES. NEY WIEDEMANN NETO (REVISOR) - De acordo com o(a) Relator(a).

DES.^a ELISA CARPIM CORRÊA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA - Presidente -
Apelação Cível nº 70061288270, Comarca de Porto Alegre: "À UNANIMIDADE, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO."

Julgador de 1º Grau: ALEXANDRE KREUTZ